

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:

1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

Despacho ao Processo nº 037/ALE/2013	2
Errata ao Anexo da Resolução nº 315/2013-DGP	2
Resoluções de Afastamentos nº 181 a 184/2013	2

SUMÁRIO

Atos Legislativos

Mensagem Governamental nº 025/2013	3
Requerimento de Pedido de Informação nº 002/2013	3
Proposta de Moção de Pesar nº 016/2013	3
Ata da 2193ª Sessão Ordinária - Íntegra	3
Ata de Reunião da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde	7

MÁTÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h.

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

JOÃO PAULO DE CARVALHO SILVA
Diagramação

ATOS ADMINISTRATIVOS
DAPRESIDÊNCIA: DESPACHOSE EXTRATOS DE CONTRATOS
DESPACHO
PROCESSO Nº 037/ALE/2013

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, referente à despesa com inscrição do servidor **MARILSON GOMES DE OLIVEIRA** no curso OPENLDAP – IMPLEMENTANDO SERVIDOR DE AUTENTICAÇÃO, no valor de R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais) conforme consta no processo em epígrafe, com fundamento no disposto do Art. 25, inciso II, c/c art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores. Sendo assim, em atendimento o que dispõe o Art. 26 do referido diploma legal, submeto o assunto a elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Boa Vista-RR, 30 de abril de 2013

Aias Viana Bento
Superintendente Administrativo

Ratifico o despacho retro, nos termos do Art. 26, referente à despesa com inscrição do servidor **MARILSON GOMES DE OLIVEIRA** no curso OPENLDAP – IMPLEMENTANDO SERVIDOR DE AUTENTICAÇÃO, de que trata o presente Processo.

Determino que se publique no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, de conformidade, com a exigência contida no mesmo Art. 26 da Lei supramencionada, no prazo de 05 (cinco) dias, o presente despacho.

Boa Vista-RR, 30 de abril de 2013

Francisco de Sales Guerra Neto
Presidente

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - ERRATA
ERRATA

RETIFICAMOS, na seção **ATOS ADMINISTRATIVOS**, publicado no Diário da Assembleia, Edição nº 1561 de 23/04/2013, referente ao anexo da resolução de Progressão nº 315/2013/DGP, de 26/03/2013, devido à incorreção nocargo do servidor **Jucival Terra de Alencar**, OndeLer: “Taquigrafo ALE NM – 1”, **Leia-se** “Analista de Sistema ALE NS - 1”.

Palácio Antônio Martins, 19 de Abril de 2013.

BENVINDA THOME AVELINO
Diretora de Gestão de Pessoas

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS
RESOLUÇÃO Nº 181/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **GEORGE DA SILVA DE MELO**, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 02.05 a 07.05.2013, com a finalidade de participar de reunir-se com lideranças locais para discutir os problemas existentes, sugerir propostas de parceria, além de está apresentando os incentivos e benefícios fiscais existentes no Estado de Roraima, a servido deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 30 de abril de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 182/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da Excelentíssima Senhora Deputada **ANGELA ÁGUIDA PORTELLA ALVES**, para viajar com destino a cidade de Recife-PE, no período de 20.05 a 25.05.2013, com a finalidade de participar da XVI Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, a servido deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 30 de abril de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 183/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **MARCIANE LIMA DA PENHA**, Matrícula **008645**, para viajar com destino a cidade de Recife-PE, no período de 20.05 a 25.05.2013, com a finalidade de participar da XVI Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, a servido deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 30 de abril de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 184/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **RÚBIA VIEIRA DA CUNHA, Matrícula 001826**, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 02.05 a 06.05.2013, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 30 de abril de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

RECEBIDOS DO EXECUTIVO - MENSAGEM GOVERNAMENTAL

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 025 DE 24 DE ABRIL DE 2013.
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS.

Cumprindo o que disciplina o art. 59 c/c art. 33, inciso XIV, da Constituição Estadual, alterado pela Emenda Constitucional nº 006, de 8/6/1999, comunico a Vossas Excelências que estarei ausentando-me do País, no período de 26-4 a 4-5-2013, em viagem oficial aos Emirados Árabes Unidos, para participar do *III annual Investment Meeting* (3º Encontro Anual sobre Investimentos), a convite do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e do Ministro de Comércio Exterior dos Emirados Árabes Unidos, integrando a Delegação Brasileira, onde será discutido o desenvolvimento econômico dos países emergentes e sua implicação para atração de investimentos estrangeiros diretos, enfatizando a apresentação de oportunidades de investimentos, ocasião em que serão apresentados os potenciais produtivos de Roraima.

Diante disso, dou ciência a Vossas Excelências da viagem internacional.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 24 de abril de 2013.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

REQUERIMENTOS DE PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 02, DE 2013.

Com o objetivo do exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo, nos termos do inciso XXIX, do art. 33 da Constituição do Estado, c/c o *caput* do art. 84, o *caput* do art. 196 e seu respectivo inciso I, do Regimento Interno, aplicando-se o regime de prioridade previsto no inciso II, do art. 250 de mesma norma regimental, bem como os incisos I e II do art. 1º c/c o inciso II, do art. 9, tudo da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), REQUEREMOS que seja oficiada a Excelentíssima Senhora Presidente Interina do Instituto de Previdência de Roraima, TATIENE DOS REIS FERREIRA, para que preste as seguintes informações por escrito:

1. Organograma informando a estrutura de distribuição dos servidores efetivos e comissionados do IPER.
2. Tabela dos cargos comissionados contendo nome do cargo, tipo, código, quantidade de vagas existentes, quantidade de vagas preenchidas, nome dos ocupantes, matrícula dos ocupantes.
3. Tabela dos cargos efetivos contendo nome do cargo, tipo, código, quantidade de vagas existentes, quantidade de vagas preenchidas, nome dos ocupantes, matrícula dos ocupantes.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente requerimento na prerrogativa do Poder Legislativo de fiscalizar os atos da Administração Pública, quanto aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e atendimento ao interesse público.

CONSIDERANDO a necessidade do conhecimento de como estão sendo distribuídos os quadros de servidores de uma das instituições públicas mais importantes do nosso Estado, o IPER.

CONSIDERANDO que os cargos de fiscalização não podem ser ocupados por contratados ou comissionados; sendo que foi ventilado na imprensa local, no dia 26 de março de 2013, na coluna Parabólica (caderno A) do Jornal Folha de Boa Vista, informações de contratações irregulares para tais funções.

CONSIDERANDO que, conforme o art. 39 da LC nº 30/1999, cabe ao Conselho de Administração pronunciar-se sobre estrutura administrativa e Organização do Quadro de Pessoal do Instituto, criação e extinção de cargos e funções.

O interesse em requerer é por preocupação, não apenas com o erário público, mas, sobretudo, pela relevância em proteger o futuro e segurança financeira dos servidores estaduais.

A requerida tem a obrigação de prestar a referida informação pela via aqui indicada, pois do contrário incorrerá nas condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar previstas nos incisos I e V, do art. 65 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Dessa forma, requeremos tais informações, pois, somente assim serão atendidos os fins de interesses gerais e coletivos, diante das ações ou omissões dos gestores públicos do Estado de Roraima.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2013.

SOLDADO SAMPAIO

Deputado Estadual

PROPOSTAS DE MOÇÕES

PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 016/13
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública:

Moção de Pesar aos familiares do Senhor **Paulo Ribeiro de Matos**, pelo seu falecimento ocorrido no dia 28 do corrente, na Vila Brasil, Município de Amajari, Estado de Roraima.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos familiares do Senhor **Paulo Ribeiro de Matos**, ex-Vereador do Município de Amajari.

Desejamos que o mesmo seja acolhido pela providência divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 30 de abril de 2013.

Célio Rodrigues Wanderley

Deputado Estadual

Ionilson Sampaio de Souza

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2193 SESSÃO EM 11 DE ABRIL DE 2013
45º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA
ORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADOS CORONEL CHAGAS.
(em exercício)

Às nove horas do dia onze de abril de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima nonagésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo quinto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (**Chicão da Silveira**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a

votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Indicação S/N, de 09/04/2013, da Deputada Ângela Águida Portella, que trata da recuperação do trecho da estrada vicinal de 20 km, l e construção de uma ponte de 30 metros na Comunidade dos Sonhos, localizada na BR-174, km 487, no município de Mucajai – RR.

Moção de Pesar S/N, de 10/04/2013, do Deputado Soldado Sampaio, pelo falecimento do Senhor Valter Leite Carneiro, ocorrido em Boa Vista no dia 05 de abril.

Memo. N° 014/2013, de 10/04/2013, do Deputado Erci de Moraes, comunicando a sua ausência na sessão plenária do próximo dia 11/04/2013.

Memo. N° 018/2013, de 10/04/2013, do Deputado Marcelo Natanael, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 10 e 11 de abril de 2013.

EXTERNOS:

Ofício Circular N°001/2013, de 04/04/2013, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, informando o endereço da nova sede da SEJUC.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Proceda à chamada.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ocupo esta Tribuna, meus caros colegas, movido pela preocupação, diante da situação na qual, há dias, estamos envolvidos. Acredito que vai ser necessário, inclusive, se possível, a intervenção deste parlamento no sentido de diminuirmos as tensões. Em primeiro lugar, minha cara Deputada Aurelina, Vossa Excelência, que é tão ligada ao setor do desenvolvimento do setor primário, agrícola. Há dias acompanhamos as notícias pelos jornais sobre invasões à propriedades rurais, como é o caso da vicinal 31 de Caroebe. Recentemente, foi invadida a fazenda Maclaren, próximo ao Igarapé Água Boa, temos notícias de invasões de terras em outros lugares deste Estado, práticas que antes nós não víamos. É uma questão extremamente preocupante, porque eleva a tensão no campo e, pelo que ouvimos sobre o que acontece em outros Estados, nunca se caminha para um final feliz, geralmente a violência aumenta, tem casos que culminam com mortes no campo, mortes de grileiros, grileiros contra fazendeiros, enfim é uma questão sensível, delicada e que precisa ser enfrentada pelo Poder Legislativo, pelos órgãos competentes, como é o caso do ITERAIMA, quando for de sua competência; do INCRA e do ICMBIO, quando também for de sua competência. Estamos acompanhando a questão da FLONA Roraima, conforme os jornais publicam, existem cem famílias assentadas, irregularmente em uma área, o ICMBIO deu 48 horas para que aquelas pessoas saíam daquela região. Segundo o ICMBIO, eles estão dentro da Floresta Nacional na área de preservação. Pelo que me consta, a partir do momento em que essas pessoas estão lá, desde 2006, 2009, não sei, exatamente, mas já desmataram, plantaram, construíram suas residências, fizeram investimentos, deslocaram-se com suas famílias para lá, e essas áreas num grau menor ou maior já foi desmatadas, são áreas antropizadas como se diz no português correto, não teria mais sentido o ICMBIO reivindicar essas áreas para si como sendo área de FLONA, mesmo que seja realmente checada a realidade, de eles estarem dentro da área de forma irregular, terão que sair. Mas poderíamos propor uma solução para essa questão, que seria o próprio Estado, após ter as transferências das suas terras definitivamente resolvidas, certificadas, propor ao ICMBIO uma troca daquelas áreas. Não há, pois, mais sentido dizer que aquela área vai ser de floresta nacional, que deve ser preservada numa área que já está desmatada, antropizada, com capim plantado, plantação de mandioca, perdeu o sentido em ser considerada FLONA. O governo do Estado poderia propor, também o INCRA poderia propor essa questão já que o próprio INCRA está abrindo novas áreas de assentamento, quer dizer, O INCRA propor ao ICMBIO, já que é de governo para governo, que esperasse um pouco, não retirasse as pessoas de lá. Muitas das quais não têm sequer para onde ir. Uma vez que estão

abrindo novas áreas, deslocariam essas pessoas para as áreas de assentamento que o INCRA está abrindo. Isso poderia ser uma solução, ou o ITERAIMA, após as glebas serem certificadas, propor uma nova área para o ICMBIO. Uma área que, com certeza, estivesse preservada, que ainda não estivesse desmatada, junto a área da própria FLONA. Segundo estivemos analisando a questão no ITERAIMA, existem áreas que serão repassadas ao Estado, elas são vizinhas da FLONA e irão passar para o Estado e estão preservadas. Então, faria muito mais sentido o ITERAIMA trocar uma área preservada integrada, que está totalmente com seu bioma preservado por essa área da FLONA. É uma questão a ser discutida com o governo do Estado, com o INCRA, o ICMBIO, Ministério Público Federal, Estadual, para tentar resolver a questão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquin Ruiz – Nós temos a comissão que cuida desses assuntos, seria fundamental que a comissão convidasse os órgãos federais e estaduais. Recebo notícias de que essas invasões têm respaldo de órgãos federais, e o mais grave ainda, Vossa Excelência está olhando o problema pelo lado do entendimento do ICMBIO, mas nós temos informações, que eu não posso dizer oficialmente, porque são informações extraoficiais que carecem de apuração, mas há informação de que tem apoio e respaldo de órgãos federais que são vinculados aos movimentos dos sem-terra, isso é pior ainda. E se levantarmos sobre quem coordena essas invasões, é pior ainda. É preciso que a nossa Comissão de Terras convoque os órgãos estaduais, os órgãos federais, para que tenhamos noção da situação, e apurar, também, a situação que estou colocando, isto é, há apoio de órgãos federais que têm vínculo com os movimentos dos “sem-terra” para essas invasões.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – Talvez eu não tenha conhecimento sobre esse detalhe para que pudéssemos tecer algum comentário em relação a essa questão. O jornal de hoje diz que tem estímulo de alguns da classe política, seria bom que ele tivesse citado, seria necessário que a matéria tivesse citados quais políticos que incitaram ou promoveram a invasão da FLONA no Igarapé Preto ou mesmo de outra área. Se porventura existir, e eu acredito até que exista esse tipo de invasão, estimulada por interesse políticos eleitorais. Então, que a matéria diga quem estimulou, quem promoveu ação. As pessoas que estão assentadas irão dizer quem as estimulou, as levou para lá, e que os responsáveis sejam punidos. Invasão com intuito eleitoral nos arredores e nas periferias de Boa Vista, não vemos, também essa questão em relação às áreas rurais, assentamentos, loteamentos feitos no campo. Essa questão me preocupa, mas a preocupação maior hoje é com essas cem famílias que estão lá no Igarapé Preto, vicinal do Paredão, estão trabalhando em seus lotes em funcionamento, plantando macaxeira, verduras, frutas, nas áreas parcialmente desmatadas. Não sei se dentro dos limites legais ou não, porque não conheço os detalhes desse assentamento. Mas, Deputado Joaquim, se não arrumar uma solução essas pessoas terão que sair de lá, responderão processo por terem invadido área da União e, com certeza, amanhã ou depois estarão na periferia de Boa Vista, aumentando os índices de violência, causando problemas sociais que já são tantos, sem termos condições de resolvê-los.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Eu fico triste quando escuto sobre esses problemas. Já falei certa vez em uma reunião da Samaúma, quando foi para ampliar uma reserva onde o INCRA tinha assentado colonos dentro de FLONA, o único Chico Mendes que a gente conhece que é aqui de Roraima não faz esse tipo de coisa, como se sabe a conotação de Chico Mendes foi usada pelo Brasil até para ganhar espaço lá fora. Fico triste quando vejo o ICMBIO, porque começa a estimular conflitos, começa a querer tomar o resto do Estado, como foi o caso da região da Serra da Lua, alegando ser mais uma área de preservação. É a mesma preocupação quando ouço que os astronautas querem criar um eco estado. Eu me pergunto: com a ONU no meio? O que tem por trás disso? Já fomos vítimas de tantas coisas. Quanto à floresta nacional, ainda no final do ano passado, estive no ITERAIMA, por acaso, onde encontrei mais de 50 produtores, e o que o ITERAIMA me mostrou através de mapas? Que tem pessoas ali há quase vinte anos, existe uma FLONA demarcada, registrada no cartório de imóveis, com limites e tudo. O que houve depois? É o que aconteceu agora que motivou, inclusive, a ampliação da FLONA depois da medida provisória e da lei que diz que as terras estão repassadas ao Estado e que quando precisar fazer alguma coisa desse tipo, de tomarem mais um pedaço de terra, o Estado tem que ser consultado. Eu tomei conhecimento, naquele momento, que ampliaram a FLONA, nem oficial está, não está demarcada. A medida para a

ampliação engoliu esses colonos, e o Estado não foi consultado. E naquele momento, os produtores fizeram um documento. Eu estava lá e os orientei, chamei o Doutor Braga da Procuradoria Geral do Estado, porque essa era uma das razões da intervenção do ITERAIMA em agir frente àquela titulação, que estava sendo titulada dentro de terra da União, e aquele povo não estava dentro da FLONA que existia até a transferência de terras. A razão para a ampliação da FLONA, o Estado não foi consultado. Eu pedi ao Doutor Braga, e foi então que aqueles colonos seguiram para PROGE, que é órgão jurídico do Estado para essas intervenções, e que a PROGE pudesse entrar nessa briga para preservar o direito dos colonos. Era uma área pequena e poderia ser compensada em outro lugar, para evitar que o Estado fosse de novo objeto de escândalo nacional, como vai acontecer agora, invadiram as áreas da FLONA, eu estou vendo a hora em que não teremos mais ingerência sobre nada de terras neste Estado. Então, aqui, há um erro, onde o Estado tem que agir, porque se trata de terras transferidas para o Estado de Roraima, onde o Estado tem que atuar, cumprindo a lei federal que existe. Fazenda Maclaren é de competência da União, é uma terra confiscada em troca de empréstimo do Banco do Brasil, é uma terra da União, porque o INCRA não existe no Estado de Roraima, o INCRA não cuida nem de uma colônia sequer, não faz uma estrada, não constrói uma escola, não cumpre sua função, em relação a essa terra aqui, não cumpre sua função. E ontem quando surgiu a notícia, procurei me informar, muitos dos que estão aqui, são produtores procedentes da Raposa/Serra do Sol, expulsos, que até hoje, muitos continuam desassistidos, dada a incompetência da União em reassentar essas pessoas, a mesma coisa com a situação do Caroebe, que é uma invasão de área federal, porque as glebas não foram passadas para o nome do Estado. E, pela terceira vez, a justiça termina com a retirada dessas pessoas, por estarem numa área de preservação de terceiros. É também motivo para preocupação da situação da localidade, como o Caroebe, com notícias de tiros, brigas, briga judicial. Já é pela segunda, terceira vez que essas pessoas são retiradas e retornam. A Maclaren é competência do Incra que não resolve nada, fica tapando o sol com a peneira, transferindo a competência pra quem não tem terra para reassentar aquele compromisso, quando surrupiaram do Estado mais de 60% de suas terras se comprometeram reassentar essas pessoas. Com relação à FLONA, este Estado está sendo desrespeitado, estou falando isso, porque chamei a PROGE, pedi naquele momento, quando era Márcio Junqueira, conversei com Luiz Fernando, mas o Estado tem que atuar aqui, mostrando que tem uma lei federal que está sendo desrespeitada, ninguém foi aceito dentro da FLONA, pelo contrário, eles criaram uma FLONA onde tem colonos. Isso é uma briga que precisa ser esclarecida politicamente. A gente não está atendendo pessoas de todos os órgãos procurando solução aos problemas, estou me sentindo impotente de forma semelhante quando a gente esteve ajoelhado no STF, pedindo atenção à questão da área contínua Raposa/Serra do Sol. Ninguém escuta, ninguém diz nada. Obrigada.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. Obrigada, Deputada Aurelina. Com relação à fazenda Maclaren, procurei me informar a respeito disso. A fazenda Maclaren tinha duas situações com relação à fundiária, uma área titulada e área não titulada. A área não titulada, o INCRA assentou alguns desintrosados da Raposa/Serra do Sol. Agora a invasão está ocorrendo em área com título definitivo. Então esta questão tem que ser resolvida na justiça, trata-se de área que tem título, documento, enfim, se tem empréstimo, ou não, não sei dizer. E se estão invadindo área titulada é porque o proprietário deve no banco ou deixou de pagar, isso pode ser um estímulo para que mais cedo ou mais tarde eles comecem a invadir, inclusive em outras áreas. É preciso fazer parar com essa prática, deve haver segurança no campo, os proprietários rurais precisam de proteção, investigar quem está estimulando tal iniciativa, a mando de quem, com que objetivo estão ocupando a fazenda Maclaren. Com relação à FLONA, a PROGE - Procuradoria-geral do Estado, é quem deveria estar à frente, ser a guardiã dessas questões do Estado. Infelizmente, age por demanda. Não vejo nenhum movimento dos Procuradores do Estado, talvez, até porque o governo não se interessa por esta questão, determinar a Procuradoria do Estado, PROGE, para que cuide das questões da FLONA, que se reúna com ICMBIO, Ministério Público Federal e Estadual e o INCRA, enfim, busque e construa uma solução, se possível, negociada, se não for possível negociar, que se manifeste judicialmente, que provoque a justiça para que ela resolva, e não apenas quando a Deputada Aurelina está no INTERAIMA, eles chamam o Procurador-Geral para atender um grupo de produtores que estão em situação de desespero. Onde é que está a Procuradoria do Estado, Deputada Aurelina?

Há muito tempo era para ter entrado com uma ação questionando a ampliação da FLONA, ou pelo menos propondo ao ICMBIO uma outra área, que não tivesse ação antrópica, já desmatadas há mais de 20 anos por esses colonos, se ampliação da FLONA for irregular, por que não se questionou isso judicialmente, já que tem os limites da FLONA anteriormente criada, se foi ampliada depois? Por que a PROGE não provocou essa discussão jurídica? Não questionou? Então, são essas posições que nós estamos questionando, é preciso que se veja essa realidade com seriedade, é necessário que o Governo do Estado se manifeste no sentido de proteger as pessoas que estão lá. E, se porventura, eles estiverem irregulares, que se arrume uma solução para evitar que as pessoas venham a ocupar a periferia da cidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira - Vossa Excelência aborda um tema muito importante, trata-se do setor produtivo deste Estado que já está totalmente comprometido. Veja bem, em Roraima não existem os sem-terra. Faço um apelo ao Deputado Mecias, que é Presidente da Comissão de Terras deste Parlamento. E o que há neste Estado, são grileiros que vêm de outros Estados, usam as pessoas que muitas vezes estão desempregadas na periferia para fazerem invasões em propriedades centenárias no nosso Estado, nós não podemos aceitar, nem conviver com esse tipo de grilagem de terras. São inúmeras, onde foi feita reforma agrária, através de invasões, nenhum projeto no Brasil até hoje foi emancipado, nenhum dos moradores fica 10 anos na área, a intenção é para grilar e vender à terceiros, somente os 20% permanecem 5 anos.

Outra surpresa foi a situação do Igarapé Preto, eu falo a Vossa Excelência com total propriedade, sobre a situação que conheço de perto, são proprietários que estão lá há mais de 10 anos. Realmente são produtores rurais, que tiram o sustento, vivem da terra, em uma área remanescente do PA Paredão. Observe bem, Deputado Ionilson, na contramão do Governo Federal, o INCRA fez o assentamento dessas pessoas, que receberam crédito, a garantia de sua propriedade, isso há mais de 10 anos. E no ano de 2009, o Instituto Chico Mendes vem e declara uma área de FLONA sem nenhuma audiência pública, sem consulta pública, nem ao Estado, nem ao Município e nem aos produtores que lá vivem, e não são só 100 famílias, são mais de 200 famílias. Vejam bem a contramão. Há no PA Paredão que moram em outros Estados, igual a Manaus e Ceará, que têm mais de vinte lotes, enquanto só poderiam ter um único imóvel. Vejam a contramão da aplicação da reforma agrária no nosso Estado, é impressionante o que vivenciamos. Apelo aqui ao Deputado Mecias, eu não sei como proceder, por ser em áreas de competência da União, até onde podemos brigar em favor dessas famílias, são quase 200 famílias que trabalham na agricultura, não só os invasores. Hoje, para o Meio Ambiente, eles são considerados criminosos, e estão sendo expulsos das suas propriedades.

Então, é preciso que a gente adote algumas medidas, não sei até onde podemos chegar, por ser competência da União, projeto de reforma agrária, mas não podemos ficar de braços cruzados.

Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. - Obrigada, Deputado, pela intervenção de Vossa Excelência, e concedo já o aparte ao Deputado Mecias de Jesus, mas, estamos propondo que o Estado procure resolver essa questão, procure junto ao ICMBIO, se possível, fazer uma troca nas áreas que já estão ocupadas por outras que estejam preservadas, porque é possível. Estivemos no ITERAIMA, Deputado Mecias, o Estado vai receber umas áreas contíguas, à própria FLONA, vizinhas, que estão preservadas, inclusive para serem utilizadas pelo Estado, bastava o Estado propor, até, uma área maior, lá tem o quê? 200, 3000 hectares? O estado poderia propor o dobro disso, porque está preservado, não tem ninguém, e ampliaria a FLONA melhor do que hoje o ICMBIO tentar retomar essas áreas, até porque perde as características de FLONA, pois não existe mais árvore, se foi feito corte raso, se foram feitas plantações, perdeu as características de FLONA, o que vai sobremaneira prejudicar essas pessoas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus - Deputado Ionilson, o problema que Vossa Excelência levanta é sempre pertinente em razão da convivência que temos hoje no nosso Estado com brigas constantes por causa de terras. Lembro que, já há alguns anos, debatíamos essa questão, lutávamos para que as terras passassem para o estado de Roraima. Tão logo passaram as terras para o Estado, virou um escândalo local, o Estado não sabe e não tem competência para gerenciar a administração anterior do ITERAIMA que incentivou a grilagem de terras no Estado. A nossa esperança se volta para o

doutor Luiz Fernando, homem comprometido e conhece o nosso Estado. Mas há regiões do Estado de Roraima, vou me referir, por exemplo, ao sul do Estado, onde tem duas que são invadidas por pessoas que eram do próprio ITERAIMA. Já declarei desta tribuna, Deputado Chicão, que um cidadão chamado Velozinho e um topógrafo chamado Janderson Lúcio, fazem georreferenciamento, vendem as terras às pessoas de fora do Estado de Roraima. E pouco tempo atrás promoveram tiroteios em duas áreas, existe inclusive boletim de ocorrência nas delegacias de polícia, feitas por produtores de lá, que estão nas terras trabalhando, de repente eles chegam e colocam para fora à base de tiro, mas não acontece nada. Essa situação é específica. Eles têm como ajudar a solucionar sem criar essa grande celeuma que está acontecendo.

Proponho, Deputado Chicão, Vossa Excelência é membro da Comissão de Terras, e há uma forma rápida da Assembleia Legislativa ter conhecimento de tudo que acontece em relação às terras no nosso Estado, tanta terras urbanas, quanto terras rurais, instalarmos uma CPI das terras do nosso Estado. A CPI da Grilagem, existe grilagem sim, tanto na capital, quanto no interior, tudo acobertado por autoridades que têm o direito de defender o cidadão. Roraima com tantas terras, que estão se acabando, indo para as mãos de grileiros e os verdadeiros trabalhadores não terão onde trabalhar, como viver, como sustentar suas famílias. Não tenha dúvidas, em pouco tempo nós vamos virar o estado do Pará, onde as pessoas vão matar como já acontece, verificando-se tiroteios por causa de invasões de terras, pessoas que simplesmente entram, fazem a cerca, e como disse o Doutor Luis Fernando, montam o Kit Grilagem que se constitui de uma casa, três porcos e uma galinha. O cara vai lá passa uma cerca e diz que é o dono da terra, depois vendeu para alguém que nem mora no Estado de Roraima. Então, eu quero me juntar a Vossa Excelência para propor ao Deputado Chicão para, quem sabe, juntos solicitarmos à própria Comissão de Terras para instalação da CPI de Terras no Estado de Roraima para chegarmos a uma conclusão, quem de fato tem razão, quem está grilando, quem não está, e quem merece a terra não lhe é possível. Eu mandei para a Polícia Federal 170 procurações de pessoas que nunca vieram em Roraima, que autorizam, por procurações, pessoas para demarcarem terras para eles aqui. Isso no meu entendimento é um grande absurdo. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua – Obrigado, Deputado, pela sua intervenção. Peço à assessoria que junte o pronunciamento do Deputado ao meu para que fique registrado. Nós estamos encerrando, meu caro Presidente, e, mais uma vez, deixo o apelo para que nós da Assembleia Legislativa, se for possível, possamos convidar esses órgãos para discutirmos a questão específica da FLONA no Igarapé Preto. Já que não temos competência de convocar, poderíamos tentar convidar o ICMBIO, o INCRA, o ITERAIMA, enfim, senão na próxima semana, mas na posterior para tentarmos resolver essa questão, porque eu acho que é uma questão de justiça com essas pessoas que estão lá assentadas. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Bom-dia, Senhor Presidente, Mesa Diretora desta Casa, pares, amigos, Deputados, Senhoras e Senhores, sejam bem-vindos à Casa do povo. Senhor Presidente, no último final de semana, sábado, fui a um arraial no bairro São Vicente, na Igreja Nossa Senhora da Consolata, onde uns vândalos praticaram uma devassa nos carros dos fiéis daquela igreja. O carro do meu filho foi um dos que foi arrombado, em apenas cinco minutos que ele desceu do carro para encontrar nossa família, quebraram o vidro do seu carro e fizeram um arrastão dentro do carro, levaram bolsa, celular, tudo. E, preocupado com o fato, procurei a delegacia no dia seguinte, fomos em sigilo com a polícia até a Av. Ville Roy onde aconteceu o arraial, falei pessoalmente com o Padre Mário daquela Paróquia, falei com o Padre Revislande e resolvemos começar uma campanha pois os vândalos não estão mais respeitando nem as igrejas, foram 14 veículos que nós contamos com os vidros no chão. Em frente à casa do ex-Vereador Alfonso Rodrigues, tinha um vidro quebrado, meu filho deixou o carro dele no Daniel das Baterias com cinco vidros de carros quebrados, dentre outros pelos arredores da igreja, totalizando quatorze vidros de carro quebrados só naquele sábado. Fiquei muito preocupado, por que meu filho tinha saído do carro havia cinco minutos, e quando voltou seu carro estava com o vidro traseiro quebrado e levaram tudo de dentro do carro, do mesmo jeito que nos relatou a dona Beatriz que tinha acabado de sair do trabalho e levado o apurado de sábado com ela, aproximadamente dois mil e setecentos reais, entrou na casa do seu pai, na Av. Nossa Senhora da Consolata, apenas para tomar um banho, e quando voltou para o carro já tinham levado tudo de seu

interior. Fico muito preocupado diante do ocorrido, onde muitas pessoas foram penalizadas. Já conversamos com os Padres Mário e Revislande, juntamente com a polícia. Combinamos esperar a realização do próximo arraial para tentar pegar esses vândalos. É um absurdo, agora nem as igrejas estão seguras, vamos tentar, junto com a comunidade da Consolata, arranjar um meio de reforçar a segurança nesses eventos. Acreditamos que se trata de uma quadrilha de pessoas especializadas, pois o arraial começou por volta de oito da noite e terminou antes de meia-noite, por isso peço a cada proprietário de veículo que tome cuidado, que não deixe seus pertences dentro do carro para evitar chamar a atenção. Obrigado.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus pede uma questão de ordem – Senhor Presidente, antes que Vossa Excelência entre na Ordem do Dia, gostaria de registrar a presença em nosso Plenário dos Vereadores de São João da Baliza, Josimar “Motorzinho”, Genival – Cairara, Toinho Maia, Neno, acompanhados das lideranças Maria e Renato Barbosa que se encontram no nosso Plenário. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quórum para a Ordem do Dia.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado Naldo da Loteria – Não há quórum regimental, senhor Presidente.

O Senhor Presidente Deputado (**Chicão da Silveira**) – Não havendo quórum para deliberação da Ordem do Dia, transfiro a pauta para a próxima Sessão .

Passaremos agora para o expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Em explicações pessoais, gostaria de registrar a presença dos Vereadores de São Luiz do Anauá: Vanilso da vicinal 26 e Vereador Edmilson.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, gostaria de reiterar o convite feito ontem, para os Deputados aqui presentes e a todos os membros da Comissão de Educação, que hoje às onze horas, estarão presentes a primeira dama do Estado e a Secretária do Trabalho, que irão comandar a reforma da Bolsa Universitária aqui na Sala de Comissões. Por outro lado, Senhor Presidente, quero repetir o apelo à Mesa, que já fiz no ano passado sobre a reforma do FPE antes de entrar em votação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Vossa Excelência tem acompanhado a votação do FPE do Senado que passou e agora volta para a Câmara, a esse respeito o que os grandes estados têm dito? É que os estados pequenos estão recebendo muito enquanto os estados ricos não estão recebendo nada. Só gostaria de explicar para Vossa Excelência o que ocorreu no interior. Fiz um estudo, Senhor Presidente, sobre o FPM dos nossos Municípios, levei esse trabalho, elaborado em três meses, pegando dados da Fundação Getúlio Vargas, da Secretaria do Tesouro Nacional, do IBGE e encaminhei para cada Senador nosso. Veja bem, Senhor Presidente, o Município do Baliza tem, mais ou menos, sete mil habitantes, recebe, por mês, a metade do que recebe o Município de Macuco, no Rio de Janeiro, onde tem cinco mil habitantes. O Município do Baliza é 98 vezes maior do que o Município de Macuco em extensão. Então, nada prova, como eles alegam lá, se é problema de população, se é problema de demografia, do tamanho do Município, nada. Agora, preste bem atenção, Senhor Presidente, 15% do FPE vai para o Sul e Sudeste. Os 85% são divididos no Norte, Nordeste e Centro Oeste. Agora, vejamos bem, quando se refere ao FPM, Deputada Aurelina, é o inverso, porque quando foi aprovada essa fórmula do FPE e do FPM, foi na época da Constituição, o Deputado Célio tem noção disso, foi um defensor árduo aqui, dizendo que aproveitássemos aquela oportunidade para criar Municípios. O Estado de Minas foi para 828 municípios. O Estado do Paraná foi para 392, o Rio Grande do Sul foi para quase 400, Santa Catarina foi para esse mesmo nível, Bahia também, bem como o Rio de Janeiro. E aí o que aconteceu, Senhor Presidente? Isso que estou falando. Eles encheram de Municípios. Tem município com menos de cinco mil habitantes. O Paraná tem 152 municípios com menos de cinco mil habitantes, e todos eles recebem o dobro do que recebe um município nosso aqui, o menor município populacional nosso. Então, olhem o jogo dos Estados ricos. Se você somar o que eles recebem de FPM, Senhor Presidente, equivale ao que eles perdem no FPE, mas eu não vi, através da TV Senado, nenhum parlamentar do Norte preocupado e fazendo essa comparação para calar a boca dos Senadores do Sul e do Sudeste, e tem os trabalhos que nós apresentamos, um trabalho científico, com dados. Então, estou extremamente preocupado, tínhamos feito um apelo, a Deputada Aurelina apresentou um aparte, também o Deputado Célio. Na época, eu alertava desta Tribuna, que a gente participasse para que amanhã não viéssemos

chorar sobre o leite derramado. É essa a lembrança e a preocupação que tenho, relativa ao FPM que vai entrar, e nós vamos perder, aqui, depois de 2015, vamos perder o FPE.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Eu vou só complementar a fala do Deputado Joaquim, Senhor Presidente. Quero pedir ao Deputado Joaquim que encaminhe uma cópia desse documento aos políticos federais de Roraima, para eles terem conhecimento dessa situação. Ontem nós ouvimos a decisão de que, até 2015, permanece a mesma forma de distribuição do Fundo de Participação de estado e município. Depois vai pelo tamanho da população, é pela renda per capita. Quer dizer, a tendência é que a gente fique cada vez pior. E que se manterá a mesma situação de hoje, que se estenderá até 2015, sem nenhuma palavra dos nossos políticos. Foi discutido, mas eu não posso falar da Câmara Federal porque eu ainda não cheguei lá. Estou falando do Senado. Então, que a gente encaminhe uma cópia, Deputado Joaquim, desses dados, porque eu não sei se esse povo tem acesso e nem se eles se dão ao trabalho de pesquisar, mostrando o tamanho do município; a nossa população, mostrando o que está acontecendo; mais de 100 municípios do Paraná com uma população igual à nossa. Vamos encaminhar esses dados, Deputado, porque já passou pelo Senado e sobre a situação do Estado de Roraima sequer nós ouvimos que alguém tenha dito alguma palavra em nosso favor. Obrigada, Deputado.

O Senhor Presidente em Exercício (**Chicão da Silveira**) – Registramos as nossas felicitações à Primeira Dama do Estado, Shéridan de Anchieta, pela passagem de seu aniversário.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, na verdade, quanto à questão do Deputado Joaquim, lembro que a gente criou os municípios no Estado de Roraima, sempre fiz essa colocação. E, na primeira etapa de criação dos municípios, como o de Pacaraima, do Amajari e Cantá, não passaram no primeiro plebiscito. A gente sempre questionou essa questão do Plebiscito. Como, por exemplo, Alto Alegre, em relação ao Cantá e em relação ao Paredão. Eu era favorável à criação de dois municípios. Vossa Excelência, naquela época, não era Deputado. Por quê? Porque o Alto Alegre estava dentro da cota mínima do FPE, que chegava, vamos supor, 300 reais por mês, hoje, dentro daquela cota mínima, em função da população. Quanto o Alto Alegre gastava com o Cantá, com o Taiano e com o Paredão? 10 a 15 %. O Senhor é Deputado e acompanha muito bem essa questão da aplicabilidade dos recursos nesses municípios. Se nós tivéssemos criado naquela época os dois municípios, hoje o Taiano e o Paredão receberiam 300 mil reais. E o Alto Alegre continuaria recebendo esses 300 mil reais. Por isso é que foi bloqueada a criação dos novos municípios. Depois que eles criaram lá, eles encerraram a criação dos novos municípios. E quando a gente faz a distribuição, eu acho que os nossos políticos federais têm que bater nessa tecla. Quando se quer fazer a redistribuição do FPM para os municípios, querem levar em consideração somente a população. Quando, na realidade, nós aqui do norte, nordeste... A infraestrutura foi feita mais no sul, onde a população está mais concentrada. E o norte e nordeste, principalmente o norte, sempre foi esquecido. Hoje, se preserva no norte a floresta em quase 60, ou 70-% preservada. E ninguém paga nada para fazermos isso. Eu acho que nós poderíamos usar a questão ambiental em favor de um benefício para o norte e, principalmente, para o nordeste, que são as duas áreas do país menos favorecidas. Não pode ter o mesmo tratamento porque nós não dispomos da mesma infraestrutura que o país teve durante todos esses anos. Então, eu acho que são questões que nós estamos deixando passar batida, mas futuramente, nós vamos pagar um preço muito alto em relação a isso.

O Senhor Deputado Ivo Som – Quero fazer o registro, Senhor Presidente, da passagem do aniversário da Primeira Dama do Estado, Secretária da Promoção Humana e Coordenadora de todos os eventos sociais do Governo do Estado de Roraima, a dona Sheridan de Anchieta,

desejando-lhe muita saúde e muitas felicidades. Que Deus abençoe a sua vida, a sua família, seu esposo, seus filhos e filhas. Para nós é motivo de orgulho, participar e compartilhar nesta data, em que comemora mais um ano de vida.

O Senhor Presidente em exercício (**Chicão da Silveira**) – Queremos registrar com muita honra a presença do Vereador Damásio, Presidente da Câmara do Uiramutã. Seja sempre bem-vindo a esta Casa, Damásio. E, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 16, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, e Soldado Sampaio.**
Aprovada Ata Sucinta em: 16/04/2013

ATAS COMISSÕES

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2013.

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de 2013, às doze horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, nº 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, sob a Presidência do Senhor Deputado Joaquim Ruiz, Presidente desta Comissão. Presentes os Senhores Membros Deputados, Gabriel Picanço e Célio Wanderley. Ausentes os Senhores Deputados e Remídio Monai. e Marcelo Natanael. **ABERTURA** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Gabriel Picanço, foi dispensada a leitura da Ata, colocada em discussão e, não havendo nenhuma retificação por parte dos membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros presentes na Comissão. **EXPEDIENTE:** Não Houve. **ORDEM DO DIA: 01) Projeto de Lei n.º 29/12**, de autoria do Senhor Deputado Jean Frank Padilha, que “Institui o Dia do Procurador do Estado de Roraima”. Relator Deputado Remídio Monai, Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido a votação o parecer do Relator foi aprovado pelos membros presentes. **02)- Projeto de Lei n.º 040/12**, de autoria dos Senhores Deputados Chico Guerra e Jalser Renier. “Centro de informações e Memória da Assembleia Legislativa e da Fundação Rio Branco e dá outras providências”. Relator Deputado Gabriel Picanço, Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido a votação o parecer do Relator foi aprovado pelos membros presentes na reunião. **03)- Projeto de Lei n.º 45/12**, de autoria dos Deputados Chico Guerra, Joaquim Ruiz e Jalser Renier. que “Autoriza o Poder Executivo a criar uma Biblioteca da Assembleia Legislativa”, Relator Deputado Célio Wanderley, Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido a votação o parecer do Relator foi aprovado pelos membros presentes na reunião. **04)- Projeto de Lei n.º 052/12** de autoria do Senhor Deputado Joaquim Ruiz que “Dispõe sobre o Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares do Estado de Roraima (SEBE-RR) e dá outras providências” Relator Deputado Célio Wanderley. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido a votação o parecer do Relator foi aprovado pelos membros presentes na reunião. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos e, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Joaquim Ruiz

Presidente da Comissão.

Aprovada em: 23/04/2013



PROCON

ASSEMBLEIA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA

A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

